



HOMENS E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UM ESTUDO QUANTITATIVO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Márcio Segundo¹
Marcos Nascimento²
Christine Ricardo³

1. Introdução

O objetivo desse artigo é discutir as percepções, experiências, comportamentos e atitudes de homens e mulheres sobre o tema da violência contra as mulheres a partir de uma pesquisa domiciliar realizada em uma comunidade popular no município do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa faz parte de um estudo maior chamado *Men and Gender Equality Policy Project* (MGEPP)⁴, que tem duração de três anos, que objetiva levantar dados qualitativos e quantitativos sobre temas vinculados às relações de gênero e resenhas sobre políticas públicas que tenham um recorte de gênero, visando aumentar, entre gestores e formuladores de programas, a consciência sobre a necessidade de uma perspectiva mais ampla de gênero e que envolva os homens nas discussões sobre saúde, relações de poder e desenvolvimento. Esse estudo também está sendo feito em outros sete países, a saber: África do Sul, Camboja, Chile, Croácia, Índia, México e Tanzânia. Este projeto gerará dados comparativos que contribuirão para a formulação de políticas e programas de intervenção.

Como parte desse estudo, foi desenhado um *survey* denominado *International Men and Gender Equality Survey* - IMAGES, que é um instrumento abrangente de pesquisa sobre homens, equidade de gênero e políticas públicas. Esse *survey* foi elaborado a partir de instrumentos de pesquisa sobre gênero, qualidade de vida, antecedentes de violência na infância, indicadores de saúde, violência baseada em gênero, dinâmica de gênero na família e paternidade já conhecidos e validados em outras pesquisas.

No Brasil, o levantamento dos dados quantitativos e qualitativos está sob coordenação do Instituto Promundo⁵. Inicialmente, a coleta de dados foi planejada para ser realizada em duas

¹ Mestre em Ciência Política, UnB.

² Doutorando em Saúde Coletiva, IMS/UERJ.

³ Mestre em, Saúde Pública, Harvard University.

⁴ Ver Barker et al (2010)..

⁵ O Instituto Promundo foi fundado em 1997 e tem sua sede no Rio de Janeiro. Sua missão é promover a igualdade de gênero e o fim da violência contra mulheres, crianças e jovens. Para mais informações ver: www.promundo.org.br



localidades, uma com características de classe popular (CP) e outra de classe média (CM) e somente com homens. Seguindo critérios de nível educacional e renda, foram escolhidas duas comunidades com essas características. Conforme a implementação das ações da pesquisa, os coordenadores do estudo em nível global, Instituto Promundo e o *International Center for Research on Women* (ICRW)⁶ reconheceram a importância de se ouvir também as mulheres⁷. A partir daí, retirou-se uma amostra domiciliar dessas duas comunidades.

Enfim, o objetivo foi investigar experiências, comportamentos e atitudes de homens e mulheres em relação à equidade de gênero, saúde sexual e reprodutiva, saúde das mulheres, paternidade e violência baseada em gênero. A coleta de dados quantitativos foi realizada entre janeiro e abril de 2009.

2. *Violência e Masculinidade*

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o termo de violência contra as mulheres se refere a qualquer ato de violência baseado em gênero que resulta em prejuízo ou sofrimento para a mulher (físico, sexual ou psicológico), incluindo ameaça, coerção ou privação de liberdade, que ocorre na vida pública ou privada. Na Assembleia Geral de 1993 foi adotada a Declaração de Eliminação da Violência Contra a Mulher e considerou-se este tipo de violência como um problema de saúde pública (Nascimento, 2001).

A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo e multicausal. Não se pode atribuir uma única causa a esse tipo de violência. No entanto, sabemos que as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, a assimetria nas relações de gênero, a forma como homens e mulheres são socializados, as normas sociais que modelam o que é feminino e masculino estão entre algumas das causas para esse fenômeno.

Em nossa sociedade, muitas vezes a violência é vista como algo banal, legítimo e naturalizado. Porém, vale discutir cada um desses itens. O termo violência é polissêmico e muitas vezes determinados comportamentos ou atitudes não são reconhecidos pelos envolvidos como um ato de violência. Em outras circunstâncias, a violência é socialmente aceita e legitimada como se alguém tivesse o direito de usá-la contra outra pessoa (casos relacionados à honra masculina, como a traição, por exemplo). E por fim, vale a pena ressaltar que a violência não é intrínseca à existência humana e sim um comportamento aprendido.

⁶ ICRW - International Center for Research on Women. Para mais informações ver www.icrw.org

⁷ No entanto, o recurso financeiro disponível não era suficiente para coletar todos os dados com mulheres. Dessa forma, foi coletada somente metade da amostra das mulheres.



Em uma pesquisa realizada pelos Institutos Promundo e NOOS, em 2003, na cidade do Rio de Janeiro, 25,4% dos respondentes (N=749, entre 15 e 59 anos de idade), admitiram já ter usado algum tipo de violência contra a mulher (Acosta&Barker, 2003). Esse número revela que o uso da violência é preocupante e vai ao encontro de outras pesquisas realizadas nesse campo (AVON, 2009). Vê-se, portanto, que a violência contra as mulheres, é parte de um repertório masculino. A assimetria de gênero, em que homens, de maneira geral, detêm mais poder e controle sobre as relações de intimidade e no espaço doméstico, é um dos pilares da construção de relações que envolvem o uso da violência como forma de solução de conflitos.

3. Amostra

O número de entrevistados foi definido por uma amostra representativa da população residente nas comunidades por faixa etária, com idades entre 18 e 59 anos,. A amostra foi estratificada proporcional com intervalo de confiança de 95% e erro relativo de 5%. O tamanho da amostra foi calculado considerando-se o desenho amostral proporcional com o tamanho da população conhecido com base no Censo Demográfico 2000 – IBGE. A amostra territorial dessas duas comunidades resultou na aplicação de 749 homens (686 moradores da CP e 63, da CM) e 448 mulheres (400, da CP e 40, da CM).

4. Coleta de dados

Para a aplicação dos questionários, onze entrevistadores homens e sete entrevistadoras mulheres foram treinados durante 8 horas. Além do treinamento com os instrumentos, houve uma preparação sobre técnicas de pesquisas, coleta de dados e questões éticas. Todos os respondentes tinham de assinar um consentimento esclarecido antes do início da aplicação.

O questionário foi dividido em 11 partes para os homens e 9 para as mulheres (exceção da segunda e décima primeira partes). Entendendo que o bloco de perguntas da última parte tratava de temas muito sensíveis, houve a recomendação que essa parte fosse auto aplicada. Os entrevistadores somente auxiliavam os entrevistados lendo junto com eles e ajudando na marcação das respostas. Ao final dessa última parte, os entrevistados, com o mesmo código do restante do questionário,



depositavam-no em um envelope e nem os entrevistadores seriam entrevistados viam suas respostas ou revisavam qualquer pergunta sem resposta⁸.

O questionário foi dividido da seguinte maneira:

Parte 1: Características sócio-demográficas e situação empregatícia

Parte 2: Experiências na Infância

Parte 3: Atitudes sobre as relações entre homens e mulheres

Parte 4: Diversidade Sexual

Parte 5: Questões sobre as relações no espaço doméstico

Parte 6: Conhecimento de Políticas Públicas

Parte 7: Relacionamento dos homens com seus filhos

Parte 8: Violência nas relações de intimidade

Parte 9: Saúde e Qualidade de vida

Parte 10: Sexo pago

Parte 11: Uso de drogas e outros tipos de violência e questões sobre relações sexuais com outros homens (Auto-aplicado)

No total, o questionário dos homens continha 343 perguntas (com tempo médio de aplicação de 43 minutos) e das mulheres, 255 perguntas e tempo médio de aplicação de 32 minutos.

O Promundo e o ICRW acreditam que essa parte do estudo (pesquisa quantitativa) poderá fornecer um panorama sobre como homens e mulheres vêem a equidade de gênero. Os resultados preliminares demonstrados neste documento têm foco nos comportamentos de homens e mulheres em relação às questões de violência de gênero e serão provenientes da amostra feita na CP com homens e mulheres.

5. Resultados

O perfil dos respondentes

A idade dos respondentes variou entre 18 e 59 anos, com média de idade de 36 anos para os homens e 37,6 anos para as mulheres. Seguindo critérios do IBGE, que agrega pardos e pretos como negros, mais de dois terços - 71,3% (489) dos homens se declaram ser negros e 61,6 (276) das mulheres.

⁸ Questões sobre violência sexual e outros assuntos delicados foram feitas separadamente ao final da entrevista, como parte de uma pesquisa auto-preenchida. Dos 749 homens que participaram na pesquisa, 19 não quiseram completá-la. O N para as questões relativas à violência sexual é, portanto, 730.



As mulheres apresentaram um grau de escolaridade menor que os homens, ainda que outras pesquisas indiquem o contrário, ou seja, que as mulheres são mais escolarizadas que os homens. Quase metade dos respondentes não completou o ensino fundamental: 44,5% (305) dos homens e 44,9% (201) das mulheres.

48,4% (332) dos homens e 72,5% (325) das mulheres responderam ser praticantes de alguma religião. Entre eles, 60,8% (202) e entre elas, 54,8% (178) se declararam católicos.

O trabalho formal apareceu como uma realidade concreta para 45,8% (314) dos homens e para apenas 18,8% (84) das mulheres na época da pesquisa. As porcentagens entre ambos são semelhantes no que diz respeito ao trabalho informal: 24,5% (168) dos homens e 21,2% (95) das mulheres.

72,3% (496) dos homens tinham uma parceira estável na época da pesquisa. Desses, 79,8% (396) vivem com suas parceiras. Já entre as mulheres, 68,1% (305) delas tinham um parceiro estável e 82% (250) vivem com eles.

Entre os que vivem com suas parceiras, quase a totalidade deles - 77,8% (386) - provém a principal fonte de renda no domicílio em que vivem. Já entre as mulheres 42,2% (189) delas apontaram seus parceiros como a principal fonte no domicílio, seguido delas mesmas: 34,8% (156). E 64,1% (440) dos homens e 80,8% (362) das mulheres têm filhos biológicos.

Atitudes sobre Violência contra mulheres

	CP Homens (N=686)	CP Mulheres (N=408)
Existem momentos nos quais a mulher merece apanhar.	21%	8,5%
Uma mulher deve agüentar a violência do marido para manter a família.	5%	6%

Há uma diferença significativa entre o número de homens e mulheres que concordam total ou parcialmente com a afirmativa Existem momentos nos quais a mulher merece apanhar: 21% dos homens e 8,5% das mulheres. Baixas porcentagens de homens e mulheres em ambas as comunidades concordam que Uma mulher deve agüentar a violência do marido para manter a família: 5% dos homens e 6% das mulheres.



Trata-se de uma afirmativa ainda bastante presente no senso comum em que a prática de atos de violência física é interpretada como “pedagógica” (ensinar a alguém o que é o correto) ou como uma forma de resgatar a “honra masculina” que foi comprometida de alguma maneira (ciúmes, traição etc.) ou ainda de ser usada como uma solução para um conflito no relacionamento. O problema está justamente, por legitimar o uso da violência como uma prática corriqueira e, conseqüentemente, banalizar seu uso (Nascimento, 2001).

Violência sexual

	CP Homens (N=686)	CP Mulheres (N=408)
Quando uma mulher é estuprada, geralmente é porque ela se colocou de alguma forma nessa situação.	17%	15%
Se uma mulher não resistir fisicamente, você não pode dizer que foi estupro.	36%	23,3%
Em qualquer caso de estupro é necessário saber se a vítima era promíscua ou tinha reputação ruim.	25%	18,6%

Entre os itens sobre violência sexual, houve uma diferença significativa entre os que homens e mulheres concordaram total ou parcialmente com o item *Se uma mulher não resistir fisicamente, você não pode dizer que foi estupro*: 36% dos homens contra 23,3% das mulheres. Não houve diferenças significativas entre os concordam com a declaração *Quando uma mulher é estuprada, geralmente é porque ela se colocou de alguma forma nessa situação* e *Em qualquer caso de estupro é necessário saber se a vítima era promíscua ou tinha reputação ruim*.

O tema da violência sexual é sempre um tema bastante sensível e muitas vezes a vítima é vista como “provocadora” do episódio. O exercício da sexualidade é visto de maneira diferenciada para homens e mulheres e trata-se de um processo de aprendizagem, onde as normas sociais de gênero influenciam o comportamento e a percepção sobre o que é apropriado ou não. De maneira geral, os homens têm mais poder nas relações de intimidade, decidindo de que maneira e quando vão ter sexo, ainda que isso implique no uso da violência (Barker, 2008).



Experiência de violência na infância dos homens entrevistados

Na segunda parte do questionário dos homens, perguntou-se sobre suas experiências com violência enquanto eles eram crianças e adolescentes. Entre aqueles que tinham mães (N=621), 16,6% (103) delas sofreram violência por parte dos seus parceiros. Até os homens completarem seus 18, 8,8% (60) deles eram insultados ou humilhados por alguém da sua família na frente de outras pessoas e 37,1% (251) levavam tapas e beliscões de seus pais ou outros adultos em casa. E 5,7% (39) foram ameaçados com violência ou fisicamente punidos na sua casa. Ao agregar todos, 39,5% (266) deles foram vítimas de algum tipo de violência, das listadas acima. De acordo com pesquisas, o fato de haver sofrido ou ter sido testemunha de violência em sua família de origem é um fator associado ao uso de práticas violentas na idade adulta (Acosta&Barker, 2003).

Uso de violência contra as mulheres por parte de homens

Vale ressaltar que o questionário não tinha indicadores sobre o uso de violência psicológica pelos homens ou sofrida pelas mulheres. Perguntava-se se havia ocorrido uma vez, mais de uma vez ou nunca os comportamentos de violência física ao longo da vida do entrevistado. Caso tivesse ocorrido, perguntava-se se ocorrera nos últimos doze meses antes da época da aplicação do questionário.

Os indicadores de violência física, listados no quadro abaixo⁹, eram: já esbofetearam ou jogaram algo na direção da parceira que poderia machucá-la; empurraram sua parceira; golpearam sua parceira com alguma coisa que poderia machucá-la; chutaram, arrastaram, bateram, enforcaram ou queimaram sua parceira e; já ameaçaram usar ou usaram uma arma de fogo, faca ou outra arma contra suas parceiras.

Quando agrupamos esses comportamentos em um índice de violência física, verificamos que 26% (175) dos homens cometeram algum tipo de violência física contra sua parceira ao longo de suas vidas e 28,2% (125) das mulheres sofreram algum tipo de violência física pelos seus parceiros. Esse número está próximo a outras pesquisas realizadas sobre o tema (Acosta&Barker, 2003, AVON, 2009).

Entre os homens que cometeram violência física contra suas parceiras, 33% deles relataram que suas mães sofreram algum tipo de violência física por parte de seus parceiros e 23% que não relataram comportamentos de violência sofridos por suas mães ($p < 0.013$).

⁹ Esses indicadores estão baseados na pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde sobre o tema da violência contra as mulheres em 10 países, em 2002.



E os homens que sofreram algum tipo de violência psicológica ou física por parte de algum adulto que morava com eles até seus 18 anos, 38,4% cometeu algum tipo de violência física contra suas parceiras, diferentemente dos 17,1% que não cometeram ($p < 0.001$).

Esses dados mostram que ter sido testemunha ou vítima de violência física quando criança e/ou adolescente é um fator associado ao uso de práticas violentas na idade adulta. A transmissão geracional da violência revela-se, portanto, com um dos temas a serem problematizados na educação de meninos e meninas. Trabalhar de maneira sistemática nas práticas educativas poder ser um caminho para a prevenção da violência contra a mulher (Lima et al, 2007).

Lei Maria da Penha

Em relação à lei Maria da Penha¹⁰, 80% dos homens e 87% das mulheres pensam que as leis vigentes “facilitam” a denúncia contra um homem por parte das mulheres. 52% dos homens e 72% das mulheres pensam que as leis vigentes não são suficientes e 71% dos homens e 69% das mulheres pensam que as leis vigentes não provêm proteção suficiente para as vítimas de violência.

Próximos passos

A violência contra as mulheres é um tema sensível e que precisa ser visto a partir de suas diversas facetas. A promoção do empoderamento feminino é fundamental para enfrentar essa grave violação de direitos. No entanto, não parece ser suficiente. Conhecer as percepções dos homens no que se refere a diferentes temas vinculados às relações de gênero, suas experiências na infância e suas atitudes e comportamentos nas relações com as mulheres, são igualmente fundamentais para o desenho de políticas e formulação de programas voltados para a promoção da igualdade de gênero. Se os homens são parte do problema que é a violência contra as mulheres, necessitam ser considerados como parte da solução desse problema.

Este breve artigo apresentou apenas uma análise preliminar dos dados. Análises mais complexas ainda serão realizadas a fim de apontar padrões sobre a violência contra mulher associados a fatores como gênero e classe social. Relatórios futuros apresentarão as informações sobre padrões estatisticamente significantes e correlações dos dados, acompanhados de reflexões a partir de contextos sociais e políticos mais amplos no Brasil.

¹⁰ A lei Maria da Penha (11.340 de 2006) trata da violência doméstica e familiar contra as mulheres.



Bibliografia

ACOSTA, F. & BARKER, G. (2003). Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva. Rio de Janeiro: Promundo & NOOS.

AVON (2009). Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. São Paulo: AVON.

BARKER, G. (2008). Homens na linha de fogo. Rio de Janeiro: Promundo e 7Letras.

BARKER, G. et al (2010). What men have to do with it: Public Policies to Promote Gender Equality. Washington, DC: ICRW & Promundo

LIMA, D et al (2007). Homens pelo fim da violência contra as mulheres: educação para ação. Recife: PAPAI, Promundo & WRC.

NASCIMENTO, M. (2001). Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher. Rio de Janeiro: IMS/UERJ (Dissertação de Mestrado).

NASCIMENTO, M., SEGUNDO, M., BARKER, G. (2009). Homens, masculinidades e políticas públicas: aportes para a equidade de gênero . Rio de Janeiro: Promundo.

RICARDO, C., SEGUNDO, M. & NASCIMENTO, M. (2009). Experiências e atitudes de homens e mulheres relacionados com equidade de gênero e saúde: Resultados preliminares de uma pesquisa domiciliar realizada no Rio de Janeiro, Brasil.